

Os Sindicatos e os Desafios da Globalização

Marinús Pires de Lima
ICS - Univ. Lisboa; ISCTE
Cristina Nunes
ICS - Univ. Lisboa

O Trabalho na Era da Globalização

A desterritorialização e a globalização dos processos económicos, a par da evolução das novas tecnologias de produção e de informação, criaram novas formas de trabalho, que sendo assentes numa lógica de flexibilização, alteraram profundamente a noção do conceito de trabalho e do perfil do trabalhador.

“Não há dúvida de que a inovação tecnológica e a revolução informática constituíram poderosos meios em que se apoiou o mercantilismo dos anos 80 para promover a desregulamentação da velha relação salarial fordista” (Estanque e Ferreira, 2002:151). A recém-chegada sociedade programada ou de informação provocou, por um lado, a diminuição do número de assalariados na indústria e o aumento do número de trabalhadores no sector terciário e, por outro, sustentou a progressiva desregulamentação e flexibilização dos modelos e relações sociais de produção, que actualmente podem ser observados no despoletar massivo das formas de trabalho precário como o teletrabalho, o trabalho a tempo parcial, temporário e domiciliário. Assim, a terciarização das sociedades contemporâneas, aliada às novas formas de trabalho precário e sem direitos, afecta não só as classes tradicionalmente mais vulneráveis como os trabalhadores manuais sem qualificações profissionais, mas também trabalhadores (particularmente jovens e mulheres) com elevado capital escolar.

O trabalho deixa de ser concebido como propiciador de relações de produção duradouras, estáveis e vinculativas e como o garante dos direitos sociais e do acesso à cidadania e passa a ser perspectivado como um factor de instabilidade e de permanente degradação das condições de vida dos cidadãos. “A erosão crescente destes direitos, combinada com o aumento do desemprego estrutural, conduz à passagem dos trabalhadores de um estatuto de cidadania para um estatuto de lumpencidadania” (Santos, 2002:28).

Para além das recentes transformações ocorridas no seio dos padrões e relações de trabalho, há ainda que considerar os efeitos negativos que a desterritorialização e a liberalização dos mercados económicos têm provocado no agudizar e no acentuar global das desigualdades sociais, dos fenómenos de pobreza e de exclusão social. A volatilidade do capital financeiro, a concentração das empresas em grandes grupos económicos, a facilidade com que as multinacionais deslocam as suas indústrias dos países centrais para os países periféricos, para atingirem níveis de produção mais elevados e com menos custos, e a ausência de regulação social das relações económicas de comércio internacional por parte das instâncias supranacionais, nomeadamente pela Organização Mundial do Comércio (OMC), geraram, especialmente nos países mais pobres, novas formas de escravatura e atingem e deterioram quotidianamente a vida de milhões de trabalhadores da Europa e dos EUA, que se vêem impotentes perante aquelas empresas para reivindicarem os seus direitos. Hoje em dia, criar situações dramáticas de desemprego num determinado país, significa criar postos de trabalho noutra zona do mundo onde os trabalhadores não têm direitos nenhuns e trabalham em condições desumanas. Daqui decorre a importância do *dumping* social e a necessidade de a Organização Internacional do Trabalho (OIT) obrigar os países a cumprir um mínimo de normas standardizadas de um “trabalho decente numa sociedade decente”.

A Anunciada Crise do Sindicalismo?

O sindicalismo que se desenvolveu no último século como um movimento social forte e emancipatório, capaz de mobilizar milhões de trabalhadores e de conquistar novos direitos, no início do novo milénio encontra-se perante algumas dificuldades.

Com a passagem da sociedade industrial para a “sociedade dos serviços” e com os novos modelos de produção, o perfil do trabalhador sujeito à instabilidade e precariedade do mercado altera-se substancialmente. “Como é sabido, o movimento sindical tende a deixar de ser predominantemente de base operária, à medida que as sociedades se terciarizam...” (Estanque e Ferreira, 2002:152). Por outro lado, estes novos modelos de produção causam também uma individualização e dispersão crescente nas relações de trabalho, fragilizando, deste modo, os laços de solidariedade entre os trabalhadores. As organizações sindicais vêem-se confrontadas com uma enorme dificuldade em mobilizar

os trabalhadores¹, que se manifesta concretamente na diminuição do número de trabalhadores sindicalizados, e perdem paulatinamente a sua identidade colectiva operária.

Recentemente, na Sociologia, o velho movimento sindical tem sido objecto de reflexão e de acesas discussões teóricas. São múltiplas as análises² que se debruçam sobre os obstáculos e dificuldades com que as organizações sindicais se deparam num mundo cada vez mais globalizado em todas as esferas da vida individual e colectiva.

Têm sido várias as críticas construídas em torno dos problemas actuais do sindicalismo e dos caminhos que deve percorrer para se renovar e afirmar aos vários níveis nacional, regional e global enquanto actor colectivo, capaz de redesenhar novas estratégias de actuação face à constante complexificação dos processos económicos, políticos, sociais e culturais.

Carvalho da Silva (2002:24) afirma que, no momento actual, o sindicalismo depara-se com três grandes desafios: “a dispersão, ou fácil deslocalização, dos pontos estratégicos da expressão do conflito...”; “o problema da articulação da sua acção original e histórica (...) com uma intervenção (que gera dependências) institucional, a que não podem nem devem fugir; o esvaziamento crescente do poder político a que assistimos e a cada vez mais afirmada separação entre o social e o político, como forma de consagrar o absolutismo do poder económico”. O primeiro fenómeno já se verificou em Portugal. Foi o caso da Renault, que fechou a fábrica de Setúbal e criou fábricas importantes na Eslovénia e no Brasil. Com a entrada dos países de Leste para a União Europeia (UE), o processo vai agravar-se, até porque estes países têm características que o facilitam: mão-de-obra qualificada, custos laborais mais baixos, horários mais longos, desemprego, sistemas de relações industriais diferentes dos europeus, com uma descentralização da negociação colectiva nas empresas e dificuldade sindicais acentuadas, após os processos de privatização.

Ora, sem dúvida que à medida que os sindicatos foram conquistando na sociedade o papel de parceiros sociais, capazes de pressionar os governos e entidades patronais nacionais e de participar activamente no desenhar das políticas laborais e sociais, que contribuíram para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a sua face de movimento social contestatário foi cedendo lugar à construção de um actor de pressão e

negociação institucional. A articulação destas duas dinâmicas de acção não será tarefa fácil, e obriga a um repensar profundo da identidade e do desempenho dos sindicatos nas sociedades actuais.

Por outro lado, a hegemonia dos actores económicos sobre as instituições políticas, veio causar o enfraquecimento dos poderes de tomada de decisão dos estados-nação e a sua incapacidade para resolver, por exemplo, as situações de deslocalização das empresas e dos conflitos laborais nacionais. Devido ao facto de os interesses dos grandes capitais financeiros estarem constantemente acima dos interesses sociais, e o poder de regulação e intervenção política dos governos nas economias nacionais ser cada vez menor, os sindicatos vêem-se agora confrontados com adversários internacionais “invisíveis”, e com instituições nacionais e internacionais impotentes para responderem às suas reivindicações.

“Hoje, os trabalhadores começam a organizar-se, para em função de um objectivo de luta qualquer (...) começarem a definir, a interiorizar os objectivos que formulam numa determinada reivindicação, vão-se movimentando, organizando, decidem ir para a luta. Mas, neste processo de caminhada, do outro lado, a entidade patronal conseguiu deslocalizar o ponto e o momento do conflito, e toda essa organização que o sindicato fez, e que fez com empenho, dá num vazio, e os trabalhadores sentem essa sensação de vazio...” (Entrevista com Carvalho da Silva, cf. anexo I)³. As organizações sindicais sentem-se, desta forma, impotentes para defender os interesses dos seus trabalhadores. Por outro lado, a deslocalização das empresas de produção para os países mais pobres onde existem direitos laborais menores, gera também uma competitividade global entre os trabalhadores dos diferentes países. Daí que seja quase impossível os trabalhadores encontrarem uma atitude e acção solidária por parte dos sindicatos para onde se deslocam essas indústrias.

As organizações sindicais, que desde sempre, mantiveram a sua tradição histórica de luta direccionada para o espaço nacional são obrigadas a pensar em formas de solidariedade e de actuação transnacionais, que não prejudiquem os diferentes interesses dos trabalhadores. Contudo, a criação de uma dinâmica de luta sindical global implica uma união de esforços entre os países onde os trabalhadores, apesar de tudo, ainda

continuam a beneficiar de direitos laborais relativamente antigos e fortes e os países onde os trabalhadores não os possuem ou têm direitos menores.

Na UE e nos EUA, os sectores sindicais mais corporativistas e nacionalistas, que assumem comportamentos defensivos, ligados normalmente à agricultura e às indústrias têxtil e metalúrgica vão ter de rever as suas posições relativamente à não-abertura dos mercados europeu e estadunidense aos produtos fabricados nos países mais pobres e à continuação dos subsídios gigantescos para a produção agrícola. Nos países do Sul, os sindicatos que se mostram desconfiados em relação à reivindicação de alguns sindicatos europeus junto da OMC pela inclusão de cláusulas sociais nos acordos de comércio internacional e pelo respeito dos convénios internacionais de trabalho estabelecidos pela OIT, não poderão perspectivar a introdução dos chamados *core labour standards* (que incorporam uma série de regras laborais que proibiria nestes países o trabalho escravo e infantil e promoveria o aumento dos salários, a redução do horário de trabalho, o direito a férias remuneradas, ao subsídio de desemprego, etc.), como uma forma de protecção que apenas visa proteger a indústria e os trabalhadores do Ocidente, mas como medidas que permitem dignificar as condições de vida dos seus trabalhadores.

A Renovação do Sindicalismo: Caminhos (Im)Possíveis?

O trabalho continua a ser o sustentáculo da sobrevivência dos indivíduos e o seu principal meio de integração na vida em sociedade. Mas, num mundo em constante mutação e cada vez mais interdependente, não faz sentido as questões e os problemas do trabalho continuarem a ser pensados como isolados das outras dimensões da vida colectiva. Os temas do trabalho têm de ser tratados pelos sindicatos de uma forma integrada, nas suas múltiplas acepções e relações com as questões do ambiente, da imigração, da discriminação sexual e racial.

Num contexto em que os processos de decisão económicos e políticos são cada vez mais globais, mas em que os indivíduos continuam a viver os problemas do trabalho à sua micro-escala, os sindicatos encontram o duplo desafio de actuar simultaneamente nas escalas local e global. Claro que não podem criar uma dinâmica de luta global se não actuarem ao nível local e o mais próximo possível dos seus trabalhadores, mas também não conseguirão combater as injustiças sociais causadas pela desterritorialização e a

desregulação dos processos económicos, se não construírem entre si alianças de solidariedade internacional.

Nos tempos que correm, as organizações sindicais convivem assim com inúmeros desafios e contrariedades. Ao mesmo tempo que são obrigadas a dar resposta aos anseios específicos dos seus trabalhadores, são também obrigadas a encontrar formas de acção e concertação internacionais. Esta permanente angústia de agir local e pensar globalmente, a necessidade incessante de encontrar respostas para os desafios da globalização levou sindicatos dos “quatro cantos do mundo” a procurar novos espaços de contestação, acção e reflexão. Juntaram-se aos protestos “antiglobalização”, de Seattle, Génova, Barcelona, Joanesburgo, entre outros, que têm percorrido o mundo inteiro contra os poderes políticos e económicos globais. Encontraram no Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre um espaço de debate alternativo, onde se têm reunido nos últimos dois anos movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONG), políticos e cidadãos anónimos de todo o mundo, onde podem estudar novas formas de actuação e de articulação entre o local e o global e discutir não só os problemas específicos dos sindicatos e do trabalho no actual contexto global, mas também as relações entre o trabalho e o ambiente; o trabalho e a discriminação sexual; o trabalho e a imigração. Com a participação no FSM⁴, o sindicalismo pretende demonstrar que continua vivo, que está disposto a sair dos limites nacionais, e a aprender a renovar as suas velhas práticas e estratégias de acção com os contributos de outros movimentos sociais.

Notas

¹ É preciso não esquecer que não é só no sindicatos que se manifesta a dificuldade em mobilizar os trabalhadores. Também nos partidos políticos e nas mais diversas organizações da sociedade civil há actualmente um défice de participação política e social dos cidadãos. No entanto, no que diz respeito ao caso português, os dirigentes das duas maiores centrais sindicais portuguesas (CGTP e UGT) apontam para um aumento recente do número de trabalhadores sindicalizados como um sinal da revitalização do sindicalismo português. Os dados estatísticos revelam contudo diminuições significativas dos sindicalizados entre a década de 80 e 2001.

¹ A este respeito ver a análise crítica de Pierre Bourdieu (2001) sobre o sindicalismo europeu; os contributos de Elísio Estanque e de António Casimiro Ferreira (2002) sobre os problemas das relações laborais e dos sindicatos, em particular do sindicalismo português, na era da globalização, e as suas

reflexões para uma nova internacionalização do sindicalismo; e ainda o resultado das pesquisas, conduzidas por um conjunto alargado de investigadores sobre a importância e o papel das organizações sindicais no actual contexto de globalização, recentemente publicadas no livro *Globalisation and Social Contract* (2001). Veja-se também, para um período anterior, o livro de Marinús Pires de Lima e outros autores (1992).

¹ No âmbito do projecto “Movimentos Colectivos face à Globalização” a decorrer no ICS, foi também entrevistado o Dr. Rui Oliveira e Costa – Dirigente da UGT.

¹ A Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT) é uma das entidades promotoras e organizadoras do FSM. Estiveram presentes no Fórum deste ano várias Confederações Sindicais: a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES); a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL); a Confederação Mundial do Trabalho (CMT) e a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA).

Das 622 oficinas de trabalho montadas no FSM deste ano, 114 foram organizadas por sindicatos e dedicadas à temática do trabalho.

Em Portugal, está-se a tentar criar uma dinâmica de acção conjunta entre sindicatos, ONG e as mais diversas associações da sociedade civil: até ao momento, já foram realizados vários encontros onde se tem estudado a possibilidade de realizar, com base nos princípios do FSM, um Fórum Social Português no próximo ano. Nestas reuniões têm participado diversos sindicatos de todo o país: Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL); Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP); Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores de Lisboa (CIL); Sindicato da Hotelaria do Centro; Sindicato dos Enfermeiros Portugueses; Sindicatos dos Professores do Norte da FENPROF; Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro; Sindicato dos Têxteis do Centro; Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC); União dos Sindicatos de Coimbra; União dos Sindicatos do Porto.

Bibliografia

Bourdieu, Pierre (2001), *Contrafogos 2: Por Um Movimento Social Europeu*, Oeiras, Celta.

Castells, Manuel (1999), *Le Pouvoir de l'Identité*, Paris, Fayard.

Castells, Manuel (1999), *Fin de Millénaire*, Paris, Fayard.

Estanque, Elísio; Ferreira, António Casimiro (2002), “Transformações no mundo laboral e novos desafios para o sindicalismo português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 62, 151-159.

Farro, Antimo (1998), *I Movimenti Sociali*, Milão, Franco Angeli.

Foden, David; Hoffman, Jürgen; Scott, Rob (orgs.), (2001), *Globalisation and Social Contract*, Bruxelas, ETUI.

Held, David; McGrew, Anthony (2001), *The Global Transformations Reader*, Cambridge, Polity Press.

Lima, Marinús Pires de e outros (1992), *A Acção Sindical e o Desenvolvimento*, Lisboa, Ed. Salamandra.

Lima, Marinús Pires de, “Economia e Política da Globalização e Estratégias Locais de Desenvolvimento. A Regulação do Trabalho”, em António Custódio Gonçalves e Rui Manuel Sobral Centeno (orgs.), (2002), *As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 401-411.

McDonald, Kevin (2002), “From Solidarity to Fluidarity: social movements beyond collective identity – the case of globalisations conflicts”, *XIV Congresso Mundial de Sociologia*, Brisbane.

Pureza, José Manuel; Ferreira, António Casimiro (orgs.), (2002), *A Teia Global: Movimentos sociais e Instituições*, Porto, Ed. Afrontamento.

Rodrigues, Maria João (ed.); B. Lundvall; G. Esping – Andersen, L. Soete; M. Telò; M. Tomlinson; R. Boyer; R. Lindley (2002), *The New Knowledge Economy in Europe*, Cheltenham.

Santos, Boaventura de Sousa (org.), (2001), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Ed. Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Reinventar a Democracia*, Lisboa, Gradiva.

Silva, Manuel Carvalho da (2000), *Acção Sindical: Transformação e Desenvolvimento*, Porto, Campo das Letras.

Silva, Manuel Carvalho da (2002), *Agir contra a Corrente*, Porto, Campo das Letras.

Touraine, Alain; Wieviorka, Michel; Dubet, François (1984), *Le Mouvement Ouvrier*, Paris, Fayard.

Wieviorka, Michel (2001), “Les Mouvements anti-mondialisation”, *Colóquio: Novas Formas de Mobilização Popular*, ISCTE, Lisboa.

ANEXO

Entrevista com Manuel Carvalho da Silva (Secretário-Geral da CGTP)

15-05-2002

Quais são os obstáculos que se colocam à criação de uma dinâmica sindical global?

Quando falamos de uma dinâmica sindical global, precisamos, desde logo, de descodificar o que é que queremos, porque se não há uma dinâmica sindical global no sentido de desenvolvimento de todos, se não houver dimensões locais, dimensões micro de expressão e de afirmação dessa actividade sindical..., ou seja, nós vivemos um tempo em que o conceito de globalização face ao ritmo em que este processo de globalização se desenvolve nos apela muito ao olhar apenas para o todo e o todo é feito das partes, e, portanto, insisto na ideia de que só há possibilidade de um movimento sindical com dimensões globais articuladas, se a nível dos países, a nível das regiões, a nível dos sectores, a nível dos continentes, houver dinâmicas sociais que... e, portanto a acção sindical afirmada, forte, visível. Portanto, eu acho que, neste momento, se trabalha na busca dessa dimensão global. Mas, em todos os planos, portanto, há uma revitalização do sindicalismo a nível de muitos países face a esta pulverização de problemas com que o mundo do trabalho se debate e há esforços de articulação em alguns continentes, mas é visível uma evolução qualitativa da intervenção coordenada do movimento sindical a nível da Europa, consubstanciada na Confederação Europeia dos Sindicatos, mas também é visível noutras regiões, por exemplo, na América do Sul, na Argentina, há mais articulação do movimento sindical, e mesmo em todo o Continente Americano, e noutras regiões do globo. Portanto, eu julgo que se caminha, agora é difícil porque as dinâmicas que comandam toda a organização do trabalho, neste momento, são complicadas.

Mas há sociólogos que dizem que o sindicalismo precisa de se renovar, ou seja, precisa de combater a sua forte burocratização e dependência face ao Estado, e também...

No fundo o que eles querem dizer é que o sindicalismo está em crise, e o *slogan* da crise é um *slogan* instituído na sociedade, e excessivamente usado. Que há dificuldades, que hoje se apresentam perante os sindicatos, isso é inequívoco, há dificuldades grandes. Se falar de crise, significa falar de crise de participação, esse é um problema da sociedade em geral, não é apenas dos sindicatos, e, portanto, os sindicatos estão na dimensão viva da sociedade, enfim, todas as dimensões da vida na sociedade tem mais ou menos vida. Mas, dizia eu: se estão no centro dos problemas que marcam a sociedade, naturalmente, os sindicatos são afectados por estas dinâmicas do lucro, do consumo, do consumo pelo consumo, de cargas de individualismo muito forte e contraditórias, e, portanto, sofrem esses problemas todos. Mas, o sindicalismo tem uma origem muito concreta que é o trabalho, o trabalho na sociedade não perdeu centralidade, a centralidade é que evoluiu. Eu acho que é preciso discutir muito o conceito de trabalho, e tenho afirmado insistentemente, ao mesmo tempo que se discute a evolução das formas do trabalho, da sua organização, mas o trabalho não perdeu centralidade, o que acontece é que essa centralidade é complexa, é mais complexa. Nós temos que abordar, hoje, o trabalho, o trabalho sempre como factor de produção, mas o trabalho como fonte de emanção de processos diversos de socialização, como fonte de emanção de direitos, direitos sociais, direitos de cidadania, como fonte de expressão e de afirmação de dignidade humana, como..., o trabalho em relação e em conexões muito profundas com os sistemas de protecção social que, entretanto, foram evoluindo nas sociedades e que estão em mutações profundas; o trabalho nas conexões que tem com o consumo, com os estilos de vida, ao mesmo tempo que tem potencialidade, ao mesmo tempo que cria potencialidades, tem também limitações nestas dinâmicas do consumo que marcam a sociedade, e os estilos marcam a sociedade; a relação do trabalho com o ambiente, com a ecologia, portanto, é essa centralidade que, por um lado, leva a que os sindicatos precisem de articular a sua acção com a acção de outros movimentos sociais, de outras organizações que intervêm nisso, portanto, às vezes por si só, já não conseguem

responder a um problema global, mas os sindicatos debatem-se com outros problemas complexos, que do meu ponto de vista não se situam na essência daquilo que a nível do nosso país têm sido as reflexões centrais.

Quando se fala em desburocratizar, há uma dose significativa de razão, mas que tem a ver com a evolução do trabalho, com a evolução da ciência e da tecnologia, com a comunicação e a formação, mas com uma outra coisa, com a realidade que somos. Nós não podemos ter sindicatos virtuais, ou seja, por exemplo, em Portugal, nós temos os trabalhadores que somos, nós temos 270 a 280 mil jovens que já estão no mercado de trabalho, que têm até 25 anos e que têm no máximo o 9º ano de escolaridade. Não se pode estar a falar de tipos de organização, sem falar destas realidades, estas pessoas têm níveis de formação escolar e de outras formações baixos, e não se lhes pode estar aqui a querer..., montar organizações, digamos, estruturadas num abstraccionismo de efeitos do uso da internet, como se estivéssemos a falar de trabalhadores que têm formações elevadas. Nós temos, em Portugal, uma massa imensa de trabalhadores que têm a escolaridade base, que não tem mais que isso, que têm os seus anseios de vida, e que têm direito a eles, porque toda a vida trabalharam e toda a vida deram o seu contributo, portanto, nós temos que falar das organizações p'ras pessoas e não em organizações virtuais. Mas, há outras mudanças que dificultam a evolução orgânica dos sindicatos e, portanto, quando se fala em burocracias, há uma dose de razão, repito pela segunda vez, mas é preciso dizer estas coisas, é preciso é ver, por exemplo, que as multinacionais têm hoje, porque se apropriaram do uso da ciência e da tecnologia de uma forma avassaladora, a ciência e a tecnologia não estão aí ao dispor das pessoas em pé de igualdade, portanto, os grandes grupos, as grandes organizações, os países poderosos apoderaram-se, e, por exemplo, hoje diz-se... há teóricos que dizem e com alguma razão, que há decisões de multinacionais, que são tomadas, e que os sindicatos não têm condições de lhes responder num espaço inferior a 9 anos, isto é um drama! Mas, acusar os sindicatos da incapacidade própria para responder a isto e situá-lo só aí, é um absurdo! Por exemplo, eu desenvolvo uma reflexão em que considero que um dos três problemas com que os sindicatos se debatem é aquilo a que eu chamo a deslocalização do conflito. Hoje, os trabalhadores começam a organizar-se, para em função de um objectivo de luta qualquer, e fazem uma acção de esclarecimento mais ou menos prolongada, começam a

definir, a interiorizar os objectivos que apresentam para essa... que formulam numa determinada reivindicação, vão-se movimentando, organizando, decidem ir para a luta, mas neste processo de caminhada, muitas vezes as empresas, porque deslocalizam as suas produções, porque fazem isso por subcontratação, porque fazem manipulações das contabilidades; quando se chega ao momento do conflito, do outro lado, a entidade patronal conseguiu deslocalizar o ponto e o momento do conflito, e toda essa organização que o sindicato fez, e que fez com empenho, dá num vazio, e os trabalhadores sentem essa sensação de vazio, mas situar esta lacuna apenas na responsabilidade dos sindicatos e não ver a dinâmica das sociedades, isto é, é um absurdo. Portanto, eu não estou a dizer que os problemas não existem, mas a questão é esta.

Há um outro aspecto que se fala muitas vezes, que é a teoria de que os sindicatos precisam-se de libertar também do ponto de vista das suas relações com os partidos, hoje, o que nós temos é a ausência e uma penosa ausência de reflexão partidária sobre os problemas do trabalho e sobre os problemas do sindicalismo, como, temos a nível científico do meu ponto de vista em Portugal muito pouco estudo sério e sólido sobre o trabalho e sobre o sindicalismo. Há toda uma reflexão feita, partindo de pressupostos e muito pouca análise sólida sobre a evolução do sindicalismo, isto não quer dizer que os sindicatos não têm problemas, quando eu digo, que a deslocalização dos conflitos é feita, isto é um problema gravíssimo para o sindicalismo, mas as teses da crise..., e para terminarmos, ainda uma outra conexão que é a seguinte: também se teorizou muito sobre o fim do trabalho, quantos mestrados e doutoramentos há aí pelo mundo fora feitos sobre as teorias do fim do trabalho, e como o director-geral da OIT dizia no Fórum Social Mundial, dizia num debate em que nós lançámos algumas ideias sobre a forma de discussão, hoje, das questões do mundo do trabalho, ele dizia: “agora já se entende o que é a teoria do fim do trabalho porque quando se escreveram aí, quilómetros e quilómetros sobre isto, não se percebia o que era o fim do trabalho, agora já se entende, afinal o fim do trabalho não é o fim do trabalho, é o fim do trabalho com direitos, esta é que é a tese”. Em relação à crise dos sindicatos também se escreveram quilómetros e quilómetros sobre a inevitabilidade dos sindicatos se afundarem, e a sua incapacidade reivindicativa, e o mundo está aí a mostrar que não é assim, basta olhar os últimos meses para trás, não é preciso mais! E nós vemos na Itália onde se dizia que os sindicatos já não tinham força,

uma greve geral de paralisação total da Itália, neste momento, a movimentação sindical na Áustria, a movimentação sindical na Espanha, na Alemanha, e por aí fora, são movimentações sindicais significativas. Em Portugal, também as primeiras manifestações de carácter europeu com grande dimensão foram feitas por nós, em Portugal no ano 2000 e, portanto, os sindicatos estão-se a afirmar, mas não é só aí: a ancoradora de alguma estabilidade neste processo desastroso de desestruturação da Argentina é a central sindical, a SCTA, que tem sido a organização, digamos, capaz de mobilizar algum equilíbrio e alguma resistência organizada na sociedade. Na Venezuela, e independentemente do ângulo com que se analisem... da visão que se tenha sobre aquele processo, há ali uma organização de trabalhadores... organizações de trabalhadores que foram determinantes para o desenvolvimento do processo. É curioso que mesmo os grandes capitalistas venezuelanos e as forças mais conservadoras tentaram o golpe, porque hoje está mais que demonstrado, e aí também a instrumentalização era pelos sindicatos, portanto, eles fizeram um *lock out* a que se chamou greve geral, e instrumentalizando uma central sindical com peso significativo na Venezuela. Portanto, há problemas múltiplos, mas acima de tudo há muita reflexão a fazer sobre o caminho do sindicalismo, porque o sindicalismo está e vai estar..., ainda outro dia num debate o Dr. João Salgueiro, num debate em que eu participei com ele na Fundação Mário Soares, a determinada altura dizia: “eu não tenho dúvidas, movimento social de grande dimensão global e com peso na sociedade..., a gente olha, e no último século e meio, pode dizer, só há um: o sindicalismo”. Mas, há muitos outros, e eu não quero com isto dizer que não há muita outra movimentação, e há, e tem que haver, mas eu acho que a sociedade precisa de multiplicação e de um impulso muito grande dos movimentos sociais.

Agora, quanto às dependências, os grandes obstáculos com que os sindicatos se debatem são as limitações às liberdades sindicais. O poder político e, em particular, o poder económico... é curioso que às vezes vê-se alguns patrões deste país e não só, também, políticos a criticar os sindicatos por falta de representatividade ou por burocracias, mas são eles mesmos que impedem, violando as leis, impedem a organização sindical na empresa e que reprimem, que discriminam. Hoje, ser sindicalista é um acto de coragem, quando falamos de sindicalista, não estou a falar da minha situação específica, porque eu como os dirigentes que são permanentes, são interventores num determinado espaço.

Agora, a CGTP tem cerca de 20 mil activistas nos locais de trabalho espalhados por todo o país, estes activistas são discriminados, são reprimidos, são lhes feitas todas as tropelias e mais alguma contra o seu direito ao trabalho, o seu direito à promoção etc., às vezes situações repressivas incríveis, quantos deles são despedidos, este é que é o grande obstáculo, e também não é novo.

Há um outro aspecto, que para si que está a trabalhar neste tema com uma perspectiva de investigação, que importa referir: muito facilmente se fala na quebra de representatividade dos sindicatos, e ao longo da sua história, os sindicatos foram extraordinariamente importantes, e nem sempre eram muito representativos do ponto de vista do número de filiados que tinham, portanto, os sindicatos, houve muitas situações no plano global, mas a nível concreto de países tiveram um papel determinante e o número de filiados não era muito grande, porque o número de filiados está ligado também a realidades concretas que se vivem em cada país, em cada fase histórica, portanto, se há uma vida de ausência de liberdade, de repressão, etc., a representação dos sindicatos diminui, e, portanto, é preciso não termos uma visão absolutista, nem sempre os sindicatos sendo influentes, nem sempre foram muito representativos, como também nestas coisas do trabalho se fala facilmente, isto, acabou o tempo da estabilidade do trabalho e, portanto, uma pessoa durante a vida tem que fazer muitas coisas e estar em muitos sítios. A ideia da estabilidade do trabalho, como uma realidade que muito prende, muito longa na sociedade, também não é verdadeira. A estabilidade dos vínculos de trabalho é uma aquisição muito recente das sociedades, é uma coisa que se situa em poucas décadas. Ainda no sábado, numa reflexão que tive com um trabalhador, hoje idoso, tem 80 anos, da Covilhã, num trabalho que eu estou a fazer, que tem a ver com o meu doutoramento, eu estive a conversar com essa pessoa, sobre a experiência de vida dele, sobre a realidade do mundo do trabalho na Covilhã, há 60/70 anos atrás, e é uma coisa espantosa, esse homem entre os 14 e os 25 anos passou por 12 empresas, e o trabalho não tinha estabilidade nenhuma, e a mim dá-me dó às vezes, a forma simplista como se aborda.... o trabalho foi sempre estável, não foi! O trabalho na administração pública tinha uma certa dose de estabilidade, estabilidade, desde logo, condicionada porque durante o fascismo nem todos podiam ser funcionários públicos, mas, depois tinha uma certa estabilidade, mas tinha uma outra coisa, é que o trabalho era muito mal pago, o

trabalho público era muito mal pago, portanto, compensavam com essa estabilidade e com alguns complementos, é preciso ter cuidado na abordagem destas questões porque há muita coisa que nos apresentam como verdade absoluta e que não é verdade absoluta.

Em Portugal, que tipo de iniciativas e acções têm sido desenvolvidas por uma globalização alternativa?

Primeiro, é preciso dizer que essa ideia de globalização alternativa, é uma ideia que atravessa muitos sectores da sociedade. O que se observou, ainda este ano no Fórum Mundial em Porto Alegre é uma grande sintonia de muita gente, de sensibilidades muito diversas, com vivências muito diversas. De Portugal, estivemos, como sabe, um conjunto muito grande de pessoas, desde o antigo Presidente da República, o Dr. Mário Soares, a pessoas que intervêm aí em diversas áreas da sociedade, portanto, estiveram em Porto Alegre personalidades de todo o mundo, de quadrantes diversos, de sociais-democratas, de socialistas, de gente de pensamento muito diversificado à esquerda, desde extrema-esquerda, mas também gente conservadora, e é curioso a apetência de alguns sectores de irem a Porto Alegre. Qual é o denominador comum? É a ideia de que este processo de globalização é... na minha caracterização, eu digo: é injusto, é violento, é antivalores..., esta expressão precisa de alguma clarificação, e é um processo limitador dos horizontes da humanidade, do meu ponto de vista são estes quatro aspectos que caracterizam aquilo que é o denominador comum na apreciação que as pessoas fazem deste caminhar da globalização. Portanto, as dinâmicas de mundialização ou de globalizações, e eu gosto mais de usar estas expressões, são dinâmicas naturais da sociedade e no actual contexto com características muito específicas. Há muitos autores que dizem que a globalização sempre existiu, o processo dos descobrimentos é um processo de globalização, tudo isso. Nós, agora, estamos a falar de um processo concreto de globalização que, está associado a uma utilização ímpar da ciência e da tecnologia, e acima de tudo da passagem rápida das descobertas científicas à aplicação, ao uso pela sociedade dessas descobertas e também um salto imenso e muito acelerado da informação e da comunicação, são estas as marcas deste processo actual. O que se vê é, portanto, esta caracterização. O que é que se observa? Que há uma..., eu diria que há um..., cada vez mais, um poder político

desresponsabilizando-se do social, e entregando o campo social, as respostas sociais aos determinismos do económico, esta é uma das marcas que se vê, nesta apreciação sobre o processo de globalização. Depois, daqui resulta, portanto, se o social é entregue ao determinismo do económico, e se as decisões políticas são despidas de responsabilidade social, isso cria efeitos vários, cria, por exemplo, o efeito do descrédito na política, do descrédito nos políticos, porque se eles não se responsabilizam pelos anseios das pessoas e se entregam isso outros poderes, é evidente que isto esvazia. Esse é também um dos problemas com que os sindicatos se debatem, como é que nós devemos..., desenvolvemos a acção aqui. Depois, há um outro problema que foi..., de todo o ataque ao Estado, ao seu papel como, o Estado como entidade colectiva, entidade de formação de solidariedades e de responsabilidades das sociedades que, está a ser, profundamente, desestruturado sem compensações no surgimento de outras organizações que possam substituir esse papel, e julgo que até não surgirão, mas isso é outra questão. Depois, há as organizações mundiais que estão instrumentalizadas, as Nações Unidas como se tem visto quando se trata de problemas de paz e guerra, quando se trata de problemas económicos, as Nações Unidas estão instrumentalizadas pelos poderosos, em particular pelos Estados Unidos. Depois, também a Organização Mundial do Comércio que funciona sem valores, os valores são a lógica do lucro que os poderosos impõem. Depois, a perigosidade nesta reflexão, desta dispersão toda de pessoas, de movimentos que se associam na discussão do futuro e de alternativas, é colocar também uma constatação que é: se os Estados Unidos se assumem como a pretensão do pólo mandante do mundo, e que o estão a fazer com violência e, portanto, isto é inaceitável, e isso era uma marca..., mesmo no Fórum Social em Porto Alegre havia americanos destacados preocupados com isto, preocupados porque eles são americanos, e eles não gostam que os outros não gostem deles, e sentem-se feridos nesta atitude atentória do respeito pelos outros. Portanto, estes são alguns dos denominadores comuns que levam a que se diga que é preciso uma ruptura com este sistema, e se procurem alternativas. Eu não direi alternativas, porque alternativas são uma dispersão muito grande. O que é que eu acho? Eu acho que estamos, hoje, perante um cenário daquilo a que em várias fases se chama um grande caldeirão social, e, portanto, as alternativas hão-de brotar, mas acima de tudo é preciso trabalhar este grande caldeirão social.

A nível do nosso país, não tem havido muita dinâmica, mas há que perceber o que é a sociedade, mas há que perceber o que é a sociedade, e hoje usa-se muito a catalogação de sociedade civil para realidades muito diversas, portanto, muito distintas, que criam muita confusão. Mas, temos no nosso país um outro problema que é uma frágil afirmação de movimentos sociais, mas nos últimos meses trabalhou-se alguma coisa, tem havido trocas de impressões, há organizações que se têm juntado e que vão avançando com informação. Olhe, ainda na semana passada tiveram aqui um grupo de organizações a fazer o fecho de uma criação de uma página da internet coordenada, pela primeira vez vai surgir... em que se possa fazer circular, portanto, alguma informação, e, também alguns elos de organização, e vão surgir iniciativas. Tem havido encontros, debates, há disponibilidades de entidades muito diversas, pela nossa parte, nós estamos empenhados nisso e vamos procurar sem qualquer pretensão de sermos protagonistas principais. Acho que, aqui a igualdade tem que ser muito cuidada, independentemente da representatividade das organizações, se fôssemos por aí, não conseguíamos fazer nada, portanto, a CGTP é a organização mais representativa, temos quase 900 mil filiados, se fôssemos discutir com outras organizações, com outros movimentos que não têm estas características, em nome da representatividade, isto não tinha sentido, tem que ser debatido em nome das ideias, em nome..., eu acho que é uma grande preocupação que, de certa forma, estava bem visível no último Fórum Social Mundial, que é encontrarmos o que é comum, e trabalhar sobre o que é comum, em cada momento, com muito equilíbrio, e, depois ir abrindo. Portanto, não queremos introduzir temas nem objectivos que levem a grandes polémicas, e que, portanto, possam ser eles próprios factores de desgaste em termos de tempo, mas também em termos de esforços, mas também de capacidades, factores de desgaste de qualquer iniciativa. Julgo que é para aí que as coisas se vão encaminhar, e julgo que se vão conseguir fazer durante 2002 iniciativas, e a partir daqui irá aumentando.

Houve alguma evolução do primeiro fórum para o segundo?

Sim, houve uma evolução grande. Eu não estive no primeiro fórum, nós tivemos uma delegação, mas eu na altura não participei nela, mas estive no Brasil duas vezes, portanto, o ano passado, e como se sabe a CUT, é uma das organizações principais, e do ponto de

vista da dinâmica social é talvez aquela que mais suporta a realização destes fóruns, e tive oportunidade de reflectir, pormenorizadamente, com os dirigentes principais do fórum, e acho que houve uma evolução grande. Agora, se eu..., como é que vai ser no futuro, porque o fórum este ano já foi muito grande, e surgem, que é natural, surgem muitas contradições, e como é que se há-de dar continuidade a isto, o trabalho tem que se descentralizar e, portanto, há uma expectativa sobre o que é que para o ano se vai ver como caminhos de continuidade. Mas, isto é natural, porque como eu dizia há pouco, nós estamos nesta fase num grande caldeirão social, e o que vai acontecer nos próximos anos, 10, 15, não sei, do ponto de vista de conflitos sociais, de movimentação social, não sei bem, tenho a sensação que vai ser uma convulsão muito grande e, tenho a sensação de que aqui hão-de sair projectos de ordem política e doutras. Eu julgo que isto é uma visão que várias pessoas comungam. Mesmo pessoas suspeitas como o Dr. Mário Soares, que estava muito distante destas coisas e, se ler o que ele publicou sobre isso, aliás ele publicou um livro pequenino sobre isso e, tem interesse ver porque é o pensamento de um homem que estava distante, mas que não está distraído e que foi ali e, facilmente, percebeu..., eu como fui no desfile, fui muito próximo dele, não quis ir lá na primeira fila, mas fomos a conversar, e era giro porque conheço o Dr. Mário Soares há muitos anos, e era giro a forma como ele estava a perceber ali, o andamento todo, em áreas onde ele não ia intervir, portanto, estava distante, era sempre uma figura transportada apenas para certos fóruns, portanto, não vivia aquela convulsão que a gente tem possibilidade de viver num relacionamento de rua.

E estes movimentos são heterogéneos em termos sociais?

Estes movimentos são profundamente plurais. Eu em relação à visão que tenho do trabalho, já lhe respondi a isso, quando digo que hoje a centralidade do trabalho tem aquelas conexões todas de que lhe falei e, julgo que situa a visão em relação àquilo que me parece que vai marcar este andamento. Há um outro aspecto importante, é que há muita juventude a participar..., e nós nos sindicatos também estamos a encontrar a nível de iniciativas muito concretas uma disponibilidade interessante. Ainda ontem, eu estava a jantar com dirigentes do nosso sindicato dos enfermeiros, que é um sindicato muito vivo,

muito activo e com grande representatividade, e falaram-me sobre isso, porque aqui há tempos, há poucas semanas no Porto, o sindicato organizou uma iniciativa por causa desta questão, de muitos enfermeiros que estão com vínculo precário, e nós temos falta de enfermeiros no plano nacional, e o sindicato puxou um bocadinho nisso e apareceram 500 jovens nesta movimentação que eles fizeram no Porto. Depois, falámos nisso..., o ano passado fui a um debate da associação dos estudantes de enfermagem, e é uma coisa espantosa, a forma como eles estavam despertados para um conjunto de problemas que têm a ver com a sua vida, com as suas expectativas de futuro, de profissionais da enfermagem, as pessoas despertam-se..., mas há dificuldades porque a nível das universidades e não só, teorizou-se sobre o trabalho de uma forma muito complicada, por exemplo, falar de profissões nas universidades é muito vago, em algumas é quase crime falar de profissões, como se as pessoas não fossem ter profissões. Quando se fala de trabalho, fala-se de trabalho com abstraccionismo, a um jovem que anda a fazer um curso, não se induz o mínimo de preocupações sobre a profissão, sobre as trajectórias, as carreiras profissionais, às vezes até se passa por cima para não preocupar os alunos. Eu acho que a universidade e, ainda, a semana passada num debate aí numa universidade, até um dos professores colocava esta questão: a universidade tem que se reformular, mas não é só na universidade, é um pouco no geral. Você vê o discurso nos últimos anos sobre as profissões do futuro, é um discurso centrado no abstraccionismo e parece que as profissões velhas já não existem e, agora, nós não temos profissionais das chamadas profissões velhas, que são velhas, mas que vão continuar a ser necessárias no futuro. Em Portugal, neste momento há falta de serralheiros, há falta de electricistas de várias especialidades, há falta de especialistas de informática de áreas base, há falta de encarregados da construção civil, há falta de estucadores. São profissões que vão continuar a existir, tem que ser valorizadas. Nós vivemos uma fase de desestruturação e, portanto, estas questões, do meu ponto de vista, a juventude vai começar a percebê-las cada vez mais, em relação ao mundo do trabalho e em relação a outras direcções da organização da vida. Uma das linhas força deste processo de globalização dominante é um desviar da realidade objectiva, é, portanto, a construção..., apresentam-nos sobre todos os problemas com que nós nos deparamos no dia-a-dia, aquilo que eu costumo dizer, fatos à medida, portanto, isto é global e agora nós só temos que nos adaptar,

quando as coisas não são assim. Portanto, eu acho que essa é uma dinâmica que..., a juventude vai, crescentemente, assumir que tem direito a pensar, a agir, e que tem direito a ter as suas perspectivas, mesmo que em posições muito contraditórias. Eu vejo esta evolução na generalidade da pluralidade a que estávamos a aludir há momentos, não as vejo, apenas, situadas numa área.

E estas lutas da globalização tem como principal adversário os Estados Unidos e as instituições financeiras mundiais?

Sim, têm como principal adversário o poder. Os movimentos sociais põem sempre em causa relações de poder instituídas, eu acho que essa definição do Alain Touraine é muito feliz e, põem mesmo, é pena é que muitas vezes, esta afirmação seja pouco trabalhada e, portanto, é natural que as dinâmicas contra esta globalização ou estas dinâmicas da globalização tenham uma grande referência anti-Estados Unidos porque esse é o poder mais forte e, portanto, se os movimentos sociais põem em causa relações de poder instituídas, então, inevitavelmente, têm que ter esta marca, isto é natural, não é nenhuma atitude..., agora, da visão estreita de quem se movimenta de conservadorismo, ou de pensamento antiamericano, isso é um absurdo. Agora, nós estamos neste mundo, temos que o viver, como dizia o Bento de Jesus Caraça, temos que viver o tempo em que estamos, a questão é essa.

E estes movimentos têm propostas alternativas...

É muito cedo para falar disso. O que eu acho é que..., ainda outro dia numa reflexão com uma pessoa lá do ISCTE, com o Firmino da Costa sobre os tempos que vivemos, ele dizia: “eu ando, também, a passar os olhos com atenção pelos escritos do Marx e de outros autores na fase que antecede o Manifesto, porque as convulsões, e ver os originais, porque as convulsões têm certa similitude”. Claro, que hoje, o processo, é um processo global, mas esta pressão, esta multiplicidade de problemas com que a sociedade se debate, que como eu dizia são limitadores, a gente olha para as questões ambientais e..., por onde é que isto vai estoirar? Não é possível caminhar sempre assim. Olhamos para as

questões do trabalho, chegou-se agora a uma lógica que é..., muitos dos poderosos dominam do ponto de vista económico e financeiro o andamento das sociedades, já nem sequer lhes interessa o crescimento económico, o país crescer ou não crescer isso é secundário, actuam sobre um conjunto de mecanismos que no desenvolvimento das actividades lhes permitem a acumulação da riqueza, se aquilo dá para crescer ou não, não interessa, portanto, não interessa, portanto, há aqui subversões muito complicadas.

Então quer dizer que no Fórum de Porto Alegre ainda não se formularam alternativas consensuais?

Mas, há ideias, há inculcação de dimensões sociais, de dimensões humanas, de valores do trabalho, de valores dos meios que nos circundam, de valores de socialização, isso vão sendo avançados. Em geral, os debates são ricos, há gente que fala sobre o fórum sem a mínima noção do que é o tipo de debate e, a capacidade de se fazer o debate. Eu assisti, eu e um amigo meu, que íamos a passar junto a uma das sessões e, pronto, aquilo, como são muitas sessões dentro do mesmo espaço, metemos a cabeça lá dentro de uma sala, e estavam umas 300 pessoas e, havia um problema porque os oradores convidados tinham faltado, por uma razão qualquer, ou porque não apanharam o avião ou por outra razão qualquer e, então aquela massa..., improvisaram uma mesa e lançaram-se na discussão, foi uma coisa muito interessante porque a discussão foi de excelente qualidade, e, portanto, a sociedade é capaz de produzir alternativas, agora, não estão aí, nem de perto nem de longe. O caminhar da sociedade ainda é para o agudizar da sociedade violenta, vejamos o que se está a passar neste conflito entre Israel e a Palestina, e o que vai aí pelo mundo, portanto, nós ainda estamos, na minha opinião, ainda estamos na curva descendente. Mas, estas coisas também, às vezes de um momento para o outro, mas muitos dos que são protagonistas de um processo, depois, por factores momentâneos passam a ser intérpretes da mudança, portanto, mas, acima de tudo é preciso fazer qualquer coisa, agir.

Mas, propostas como a anulação da dívida dos países mais pobres...

Tudo isso são aspectos importantes, porque a mundialização não é apenas a mundialização da economia nem da determinante financeira, a mundialização, é uma mundialização das desigualdades sociais, é a mundialização do uso, absolutamente, irracional da terra, mas também esta mundialização da desarticulação do papel do Estado, é a mundialização dos conflitos para suportar uma política armamentista, belicista que, hoje está posta novamente no topo das prioridades. Nós andamos aí preocupados, e muito preocupados com estes conflitos todos, com esta situação de Israel esmagar o povo palestino e não só, mas ao mesmo tempo os Estados Unidos estão a trabalhar, ressuscitando o projecto da guerra das estrelas, que é uma coisa de milhões e milhões e que pode ser condicionante, pode ser um ponto muito delicado nesta ofensiva à humanidade toda, porque há essa pretensão, porque isso está em desenvolvimento com investimentos fabulosos. E, há outras mundializações, que já falámos aqui, a mundialização do desastre ambiental, do desastre ecológico, as mundializações culturais que tentam impor referências de uma cultura a todas as outras culturas, mas também outras, eu acho que há..., mas também há umas extremamente positivas, o aumento qualitativo e quantitativo das mulheres no trabalho, na intervenção na sociedade, é uma dinâmica imparável, do meu ponto de vista é uma das mais determinantes nas duas próximas décadas e, nós estamos longe de perceber o que é que vai ser esta mudança toda, porque a gente entra na escola, e o ISCTE também serve de exemplo, na maioria são mulheres, e na maioria são, também do ponto de vista qualitativo, são as mulheres que ocupam os primeiros lugares como alunas, etc., e não é só nas escolas, é em muitos outros espaços, elas não vão abdicar do seu papel, positivamente, não vão abdicar, portanto, isto dá uma mudança que eu penso que num período muito inferior a um século vai ser radical na sociedade e, portanto, começou há poucas décadas, de forma decidida e decisiva começou há poucas décadas, mas é imparável. Como as migrações em massa, sempre houve migrações em massa, só que hoje há migrações num outro contexto, os indivíduos da África ou da Europa de Leste vêm, também porque a comunicação social permite isso, outras condições de vida e, sentem direito a ter essas condições de vida e, portanto, isso desencadeia processos que vão ser revolucionários em relação à

organização da sociedade. Se, nós pensarmos, hoje, neste momento a realidade em relação ao mercado de trabalho europeu é esta: na renovação do mercado de trabalho, 2/3 da renovação é feita pela emigração, apenas 1/3 é feita pela evolução demográfica da sociedade europeia. Nos Estados Unidos, isto já está em marcha há muito tempo e, como é que vai ser? Vai ficar numa ---, que vai subjugar tudo o resto? Não acreditamos muito nisso. Portanto, há aqui um caminhar, como eu dizia, a curva ainda é descendente, no sentido desta afirmação de poder unipolar, deste sistema capitalista..., tanto que, vai ser nesta fase, cada vez mais afirmado por este comando que, depois, não tem princípios, se houvesse princípios..., há dois dias, nós assistimos, ao partido do poder em Israel a dizer que não reconhece e que não está disponível para reconhecer o Estado Palestino e, estamos há 20 anos a discutir isto e, ninguém diz: “não, isto é impensável!”. Eu ouvi uma entrevista do Chomsky, aqui há tempos, sobre esta questão, interessantíssima. O Chomsky diz que: o Estado de Israel, não é um Estado verdadeiro, é uma plataforma militar e que desde o início isto é assim, que o povo Judeu, que tem aspirações a um espaço, que são naturais, e que os levam depois a entrar..., a apoiar determinados actos..., mas este povo também há-de perceber que o Estado que lhes deram afinal não é um Estado é uma plataforma militar. Portanto, ainda estamos neste caminho, agora não se queira que as dinâmicas dos movimentos sociais tenham resposta, não têm. Trabalham para que a realidade social vá evoluindo, vá mexendo-se, e daí hão-de sair respostas, mas não estamos nessa fase, creio eu.
